

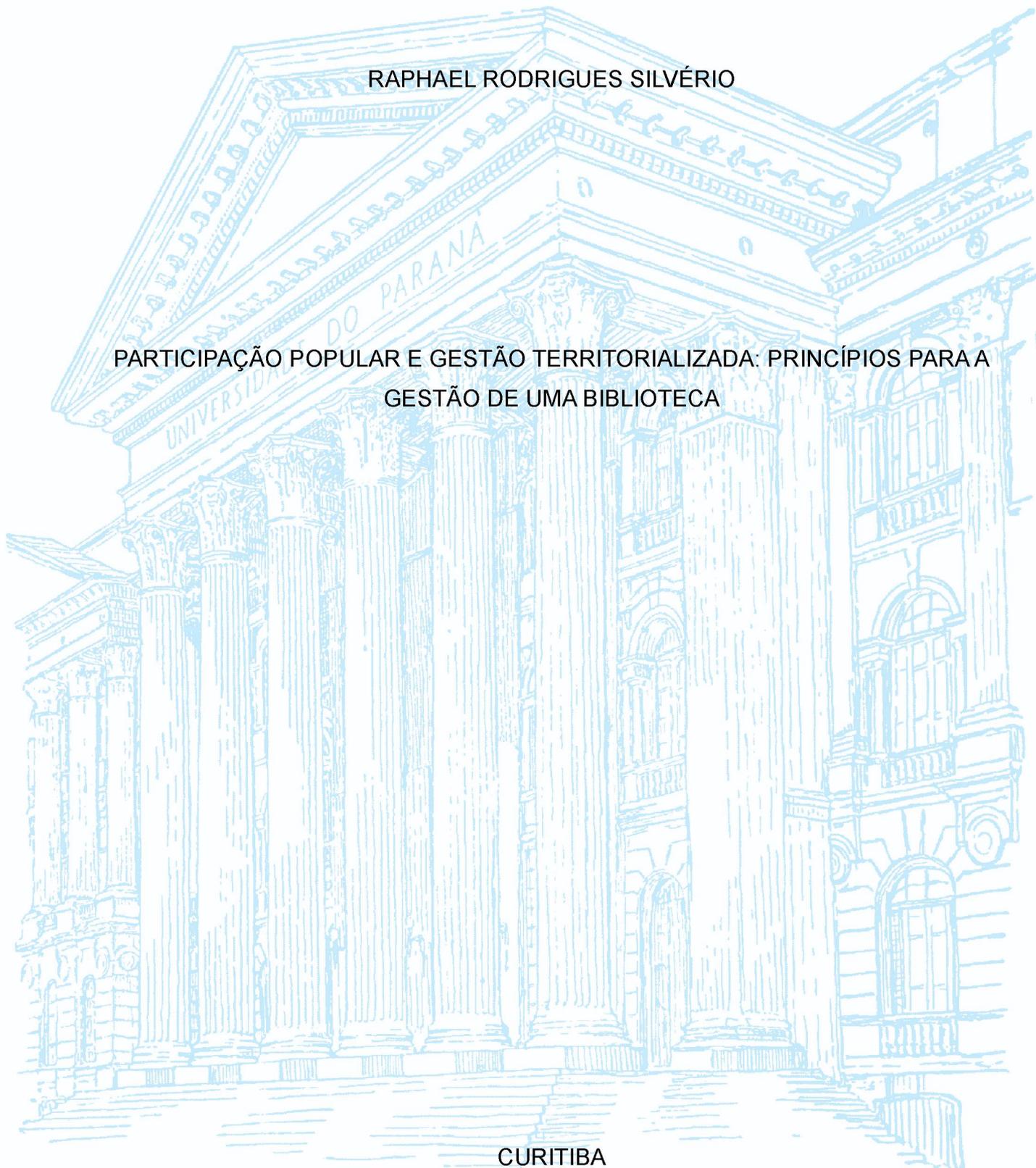
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL

RAPHAEL RODRIGUES SILVÉRIO

PARTICIPAÇÃO POPULAR E GESTÃO TERRITORIALIZADA: PRINCÍPIOS PARA A
GESTÃO DE UMA BIBLIOTECA

CURITIBA

2019



RAPHAEL RODRIGUES SILVÉRIO

PARTICIPAÇÃO POPULAR E GESTÃO TERRITORIALIZADA: PRINCÍPIOS PARA A
GESTÃO DE UMA BIBLIOTECA

Projeto Técnico apresentado ao Departamento de Administração Geral e Aplicada do Setor de Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Especialista em Gestão Pública Municipal.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Luisa Carvalho

CURITIBA

2019

RESUMO

O projeto tem por objetivo propor ações para a formação de público na Biblioteca Pública Municipal José Mauro de Vasconcelos, em São Paulo, pautadas na gestão participativa. A partir da constatação de que mesmo com as ações para o aumento de público nas bibliotecas, preconizadas pelo Programa de Metas 2017-2020 e implementadas pela Secretaria Municipal de Cultura, o público frequentador diminuiu na biblioteca supracitada, procurou-se propor ações complementares para o aumento de público. Com esse objetivo, realizou-se uma discussão bibliográfica sobre democracia cultural, direito à cultura, gestão territorializada, gestão participativa e a importância dos Conselhos e, também, análises das atuais propostas para aumento de público na biblioteca e da estrutura da Secretaria Municipal de Cultura no que tange à gestão das bibliotecas. Na sequência, por meio de pesquisa documental, realizou-se o diagnóstico das ações implantadas que indicou que as mesmas não foram efetivas para o aumento de público devido à centralização das tomadas de decisão na SMC, a falta de participação popular na gestão das políticas culturais voltadas à biblioteca, e a falta de diálogo entre biblioteca e comunidade local, resultando em atividades que não atendem aos anseios da comunidade local. Como resultado foram propostas ações para o aumento de público pautadas nos princípios de participação popular e gestão territorializada. Com esse projeto espera-se que o público da biblioteca aumente e que auxilie na gestão desta e de outras bibliotecas municipais.

Palavras-chave: Participação popular. Gestão territorializada. Bibliotecas municipais.

ABSTRACT

The project aims to propose actions for the formation of public in the Municipal Public Library José Mauro de Vasconcelos, in São Paulo, based on participatory management. Based on the observation that even with the actions for the increase of the public in libraries, recommended by the Program of Goals 2017-2020 and implemented by the Municipal Department of Culture, the attending public decreased in the aforementioned library, it was tried to propose complementary actions for the increase of the public. To this end, was carried out a bibliographical discussion on cultural democracy, the right to culture, territorial management, participatory management and the importance of the Councils , as well as analyzes of the current proposals for increasing the public in libraries and the structure of the Municipal Culture Secretariat with regard to library management. Following, through documentary research, the diagnosis of the implemented actions was carried out, which indicated that they were not effective for the increase of public due to the centralization of the decision making in the SMC, the lack of popular participation in the management of the cultural policies directed to the library, and lack of dialogue between library and local community. As a result, actions were proposed to increase the public based on the principles of popular participation and territorial management. With this project, the library's public is expected to increase and assist in the management of this and other municipal libraries. resulting in activities that do not meet the wishes of the local community.

Keywords: Popular participation. Territorial management. Municipal libraries.

LISTA DE ABREVIATURAS OU SIGLAS

CEU	- Centro Educacional Unificado
CSMB	- Coordenadoria do Sistema Municipal de Biblioteca
SMB	- Sistema Municipal de Biblioteca
SMC	- Secretaria Municipal de Cultura
SPRO	- Supervisão de Programa e Projetos
PMLLLB	- Plano Municipal do Livro, Leitura, Literatura e Biblioteca

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	7
1.1	APRESENTAÇÃO.....	7
1.2	OBJETIVO GERAL DO TRABALHO.....	8
1.3	OBJETIVOS ESPECÍFICOS DO TRABALHO.....	8
1.4	JUSTIFICATIVAS DO OBJETIVO.....	9
2	REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.....	10
2.1	CULTURA E PARTICIPAÇÃO.....	10
2.2	BIBLIOTECA PÚBLICA.....	14
3	DIAGNÓSTICO E DESCRIÇÃO DA SITUAÇÃO PROBLEMA.....	18
3.1	DESCRIÇÃO GERAL DA ORGANIZAÇÃO.....	18
3.2	DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO-PROBLEMA.....	22
4	PROPOSTA TÉCNICA PARA SOLUÇÃO DA SITUAÇÃO PROBLEMA.....	28
4.1	PROPOSTA TÉCNICA.....	28
4.1.1	Plano de implantação.....	30
4.1.2	Recursos.....	32
4.1.3	Resultados esperados.....	33
4.1.4	Riscos ou problemas esperados e medidas preventivo-corretivas.....	33
5	CONCLUSÃO.....	35
	REFERÊNCIAS.....	37

1 INTRODUÇÃO

1.1 APRESENTAÇÃO

Em 2017, as bibliotecas públicas municipais entraram no Programa de Metas 2017-2020 da Cidade de São Paulo. O Programa estabelece diretrizes e metas para a Prefeitura nos quatro anos de mandato (SÃO PAULO, Prefeitura Municipal, 2017b). A meta 20, presente no eixo de Desenvolvimento Humano, preconiza o aumento de 15% no público frequentador das bibliotecas e prevê um conjunto de ações para alcançar esse objetivo, dentre elas está a ampliação dos horários de funcionamento das bibliotecas, aumento da programação regular, oferecendo múltiplas linguagens artísticas nos equipamentos, disponibilização de WiFi em todas as unidades, implementação de nova estratégia para exposição do acervo.

O presente trabalho procurou identificar se as ações propostas foram implementadas e se foram suficientes para aumentar o público da Biblioteca Pública Municipal José Mauro de Vasconcelos. Com esse objetivo foram analisados alguns dados estatísticos das bibliotecas municipais de São Paulo nos anos de 2016 e 2017 disponibilizados pela Coordenadoria do Sistema Municipal de Bibliotecas (CSMB). Verificou-se que a Biblioteca, em 2017, comparando-a ao ano de 2016, apresentou números inferiores quanto a presença de público. Em 2016 o público na biblioteca totalizou 34.745, enquanto que em 2017 ficou em 27.890, um decréscimo de 6.855 pessoas. O número de atividades culturais também caiu de 191 eventos em 2016 para 152 eventos em 2017, mesmo com o Programa de Metas prevendo ações de aumento da programação regular.

Esse é um ponto importante, houve a implantação de uma programação regular na Biblioteca, mas que não resultou no aumento total das atividades culturais ao longo do ano. Da mesma forma, todas as demais ações propostas no Programa de Metas foram realizadas na Biblioteca Pública Municipal José Mauro de Vasconcelos e não resultaram num aumento desejado de público.

Localizada na cidade de São Paulo, no bairro Parque Edu Chaves, a Biblioteca Pública Municipal José Mauro de Vasconcelos encontra-se numa região com grande atuação de coletivos culturais. A atuação desses coletivos relaciona-se com a grande demanda por atividades culturais no território e pela ineficiência do poder público em atendê-las.

A Biblioteca, inaugurada em 1991, foi por muitos anos o único equipamento cultural público da região. Compreendida, em concordância com os autores Machado, Júnior e

Achilles (2014, p.119), como “espaço cultural e informacional de acesso à leitura, à informação e à pesquisa, como lugares de encontro entre diferentes tipos de informação, de saberes e de sujeitos e, também como espaço de produção de cultura e conhecimento”, a biblioteca pode contribuir para o desenvolvimento cultural do território.

Reconhecendo esse cenário, o projeto preocupou-se em apontar para a importância da gestão da biblioteca dialogar com o território, de se criar e desenvolver espaços e dispositivos que permitam a participação popular na gestão da biblioteca.

1.2 OBJETIVO GERAL DO TRABALHO

Propor um plano de ação para o aumento de 15% no público frequentador da Biblioteca Pública Municipal José Mauro de Vasconcelos, até 2020, pautado nos princípios da participação popular e gestão territorializada.

1.3 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Analisar a estrutura da Secretaria Municipal de Cultura e identificar quais são os espaços de participação popular na gestão das políticas culturais no município de São Paulo voltados para as bibliotecas municipais.

- Analisar as ações implantadas pelo Projeto Biblioteca Viva na Biblioteca Pública Municipal José Mauro de Vasconcelos.

- Analisar as atividades culturais e os serviços de consulta, empréstimo e matrícula oferecidos pela Biblioteca Pública Municipal nos anos de 2016 e 2017.

- Identificar os fatores para a diminuição do público na Biblioteca Pública Municipal José Mauro de Vasconcelos.

- Propor à comunidade local um diagnóstico coletivo e colaborativo dos aspectos identitários da região.

- Propor ações para fomentar e implantar canais e dispositivos de participação popular na Biblioteca Pública Municipal José Mauro de Vasconcelos.

- Propor ações para a criação de redes de cooperação local, visando fomentar uma gestão participativa na Biblioteca Pública Municipal José Mauro de Vasconcelos.

- Propor ações para aumentar o público frequentador das atividades culturais na Biblioteca Pública Municipal José Mauro de Vasconcelos.

1.4 JUSTIFICATIVAS DO OBJETIVO

Há um bom número de trabalhos sobre gestão democrática e participativa, participação popular e gestão territorializada, porém, ao refinar a busca e pesquisar sobre esses conceitos aplicados à gestão de equipamentos culturais são poucos os estudos encontrados na literatura brasileira.

O presente projeto visa contribuir para o aumento dos estudos na área de gestão de equipamentos públicos culturais. Mesmo que o objetivo geral do projeto seja o aumento de público numa biblioteca específica, as análises e propostas aqui apresentadas podem vir a ser referência para a gestão de outros equipamentos culturais, especialmente para as demais bibliotecas públicas da cidade de São Paulo.

O projeto também almeja contribuir para a discussão sobre o direito à cultura na cidade de São Paulo. Aponta para os equipamentos culturais públicos como espaços de formação e fruição cultural importantíssimos para o exercício da cidadania cultural, assim como, considera a participação popular na gestão das políticas culturais essenciais na luta pelo direito à cultura na Cidade.

Já especificamente sobre os equipamentos culturais públicos, o projeto preocupou-se em demonstrar que a gestão dos equipamentos, as ações e atividades ali propostas devem estar atreladas ao diálogo com o território. A gestão do equipamento precisa realizar um diagnóstico do território, reconhecer seus potenciais aspectos identitários, para que o público do território sinta-se contemplado na programação do equipamento.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.1 CULTURA E PARTICIPAÇÃO

Como já foi apresentado, o trabalho tem o objetivo de propor um plano de ação para o aumento do público da Biblioteca Pública Municipal José Mauro de Vasconcelos. Definido o objetivo, faz-se necessário definir alguns conceitos norteadores do projeto. Nesse sentido serão trabalhados os conceitos de democratização da cultura, democracia cultural, direito à cultura, cidadania cultural, participação e gestão territorializada.

Há dois paradigmas orientadores para a formulação e implementação de políticas públicas culturais: democratização da cultura e democracia cultural. De acordo com Rubim (2009), ambos os modelos de ação cultural paradigmáticos foram implementados inicialmente na França, passando, posteriormente, a influenciar também as políticas culturais em outros países da Europa e ocidente.

Colocado em prática pelo Ministério de Assuntos Culturais, sob a direção de André Malraux, o modelo de democratização da cultura tinha “como alicerces: a preservação, a difusão e o acesso ao patrimônio cultural ocidental e francês canonicamente entronizado como «a» cultura” (RUBIM, 2009, p.96, grifo do autor).

O autor aponta que, visando retomar o poderio cultural francês no pós Segunda Guerra Mundial, o governo francês estabelece a cultura francesa e ocidental como superior frente às demais, um patrimônio que deveria ser democratizado, que todo cidadão francês deveria ter acesso, independente de classe sociais. Com essa finalidade o modelo de democratização da cultura deveria aproximar as classes populares da cultura ocidental através do aumento das atividades e equipamentos culturais e da facilidade de acesso aos mesmos (RUBIM, 2009).

De acordo com Lacerda (2010, p.2), “assegurar a ampliação da distribuição dos bens culturais entre a população, criando condições de acesso desta às instituições e espaços públicos culturais” foi o maior objetivo das políticas de democratização da cultura.

Por detrás desse objetivo está a concepção de que o aumento da oferta e a facilidade de acesso às atividades e equipamentos culturais seriam suficientes para diminuir a distância entre população e a cultura erudita (LACERDA, 2010).

Os autores Rubim (2009) e Lacerda (2010) destacam o caráter elitista, homogeneizador, vertical e centralizador do modelo. Elitista, pois consideram que a cultura

das elites sejam a priori, a partir do contato com elas, interessante e apreciada pelas classes populares. Homogeneizador ao desconsiderar a diversidade cultural e impor um padrão de cultura, no caso, a erudita. Centralizador e vertical por concentrarem as tomadas de decisões, elaboração e implementação de políticas culturais no âmbito estatal, impondo-as de cima para baixo sem um diálogo com as demandas da sociedade.

Em contraposição a esse modelo surge, novamente na França, o modelo de democracia cultural que, de acordo com Bolán (2006, p.87) apud Rubim (2009, p.96), “reivindica uma definição mais ampla de cultura, reconhece a diversidade de formatos expressivos existentes, busca uma maior integração entre cultura e vida cotidiana e assume como condição da política cultural a descentralização das intervenções culturais”.

O novo modelo introduz novas diretrizes para as políticas públicas culturais. Municipalização, descentralização da gestão, direito à cultura, reconhecimento do direito ao acesso e à produção cultural, horizontalidade, participação vêm sendo apontados pelos teóricos da área como elementos chave para o modelo de democracia cultural.

De acordo com Urfalino (2004) apud Rubim (2009, p.97), “a municipalização da cultura como política está articulada com este movimento de deslocamento do lugar do estado nacional nas políticas culturais francesas”.

A municipalização da cultura está inserida no processo de descentralização da gestão, de aproximação entre as políticas culturais e cidadãos. A descentralização, afirma Lacerda (2010, p.6), “além de promover maior interlocução entre os diferentes níveis da gestão pública, favorece o desenvolvimento das expressões culturais locais, aproximando ainda mais poder público e sociedade”.

Lopes (2009) também traz importantes contribuições para o aprofundamento da noção de democracia cultural. Na sua proposta de democracia cultural apresenta alguns pontos fundamentais, entre eles coloca a democratização da produção cultural, a formação de público, a ideia de familiaridade e a invenção de uma nova profissionalidade de interpretação/ mediação como centrais para o modelo.

Para Lopes (2009), a formação de público deve romper com a tradição de colocar o público como consumidor cultural. É um processo que ao reconhecer a pluralidade cultural, de público e a pluralidade da relação entre público e cultura também reconhece o público dos equipamentos culturais como produtores culturais. É a partir dessa pluralidade que autor idealiza a invenção de uma nova profissionalidade, para mediar essas relações.

A formação de público também implica uma mudança organizacional na gestão dos equipamentos culturais, que na atuação do profissional intermediador cultural (gestor, produtor, monitor, etc), crie regimes de familiaridade, ressignificando a relação entre público e cultura, público e equipamentos culturais (LOPES, 2009).

Holanda (2010, p.21), vai no mesmo sentido, aponta que a democracia cultural significa “democratizar o acesso a todas as etapas do circuito cultural”. Etapas que Barbalho (2008) apud Holanda (2010, p.21) define como “formação, criação, circulação e fruição”.

Portanto, democracia cultural está para além do acesso às atividades culturais e pressupõe “o direito de estar inserido no processo de produção da cultura, entendendo por esse processo tanto a apropriação dos meios culturais existentes, ou de criação de novas culturas, de novos significados” (HOLANDA, 2010, p.21).

De acordo com Holanda (2010, p.22), “a noção de democracia cultural está balizada nas noções de cidadania cultural e de cultura participativa. Seu fulcro é o direito à cultura”. Com essa afirmação a autora introduz dois importantes conceitos para a compreensão de democracia cultural, cidadania cultural e participação.

Cidadania cultural é aqui compreendida, a partir da leitura de Chauí (2006, p.67), como uma nova política cultural na qual a cultura é situada “como direito dos cidadãos e como trabalho de criação”. Engendrada no período que a autora era Secretária de Cultura do município de São Paulo, a nova política cultural, denominada cidadania cultural, trazia como ideia central a prática da participação popular e foi resultado dos esforços de ampliar a cidadania, os espaços de participação, principalmente no campo da cultura. Propõe que o papel do Estado na elaboração e implementação das políticas culturais seja ressignificado; que no incentivo das formas de auto-organização da sociedade e reconhecimento de sua produção autônoma, o Estado seja mais uma ator entre uma multiplicidade de atores participando das decisões políticas culturais.

Para garantir a participação de múltiplos atores nas políticas de cultura “tornam-se importantes mecanismos de participação tais como conferências, conselhos e fóruns” (HOLANDA, 2010, p.22). Entretanto, a mesma autora pondera que “não podemos tomá-los como espaços garantidos da cultura participativa”, “é preciso que, nesses espaços, circulem diferentes linguagens” (HOLANDA, 2010, p.22). A preocupação com diferentes linguagens expressa-se na preocupação com a pluralidade, com a diversidade cultural e sua representatividade e participação. Os espaços, instrumentos e mecanismos de participação precisam estar em diálogo com os diversos setores e áreas da sociedade.

Sobre os Conselhos de Cultura, Faria (2005, p.120) aponta que no seu interior “devem estar representados tanto as linguagens artísticas tradicionais como os novos atores e dinâmicas das regiões centrais e dos bairros”. Também afirma que os conselhos servem “para construir a esfera pública não estatal, além de aproximar experiências e visões da sociedade e do governo, num autêntico diálogo intercultural” (FARIA, 2005, p.120).

Todavia, de acordo com Holanda (2010) e Mata-Machado (2005), para a efetivação dos conselhos como espaço da cultura participativa, da cidadania cultural, enfim, da democracia cultural, é importante atentar-se para sua estrutura, estabelecer suas atribuições, poder de decisão e composição.

Mata-Machado (2005, p.71) aponta que, amparado na literatura especializada, os conselhos são mais efetivos quando são “deliberativos e paritários”, “quando têm competência para formular diretrizes políticas, gerir fundos e fiscalizar a execução dos planos e programas governamentais”.

Os conselhos são importantíssimos para uma governança democrática, porém Moreira e Faria (2005, p.14) chamam atenção para o fato de que muitos governos, valendo-se da ideia que os conselhos são espaços de participação, “põem em funcionamento essas instituições apenas para demonstrar a legalidade das ações de políticas públicas ou consultar alguns parceiros importantes para a governança”. Os autores alertam que os municípios também promovem espaços de participação, tais como conselhos, fóruns e conferências, mas não compartilham a governança.

O compartilhamento da governança apresenta-se como ponto central para a proposta de aumento de público na Biblioteca Pública Municipal José Mauro de Vasconcelos. Todos os conceitos e temas explorados, que recaem no modelo de democracia cultural, objetiva criar subsídios para o projeto de aumento de público. Com esse objetivo o projeto propõe concomitantemente ao aumento da frequência de público no equipamento cultural, no caso a biblioteca, o aumento da participação da população na gestão da biblioteca referida.

Por fim, mas não menos importante, é necessário apresentar o conceito de gestão territorializada. De acordo com Davel e Santos (2017, p.9), a gestão territorializada é um estratégia de gestão que valoriza a identidade territorial e considera-a “como alicerce para a elaboração das estratégias de gestão do equipamento cultural”.

Do ponto de vista territorial, propõe uma atitude dialógica entre o equipamento e os potenciais identitários do território, estimulando ações de cooperação interorganizacional com base nas relações de vizinhança. Por meio desta estratégia,

espera-se converter a identidade territorial em um elemento vinculante que favoreça a construção de vínculos de pertencimento e identificação entre o equipamento e seus públicos de interesse (frequentadores, financiadores, imprensa, etc.), ensejando a construção de uma ação interorganizacional que fortaleça a ação política dos equipamentos culturais, o desenvolvimento cultural e o posicionamento da cultura como eixo central do desenvolvimento territorial (DAVEL; SANTOS, 2017, p.8).

A noção de gestão territorializada é crucial para o projeto, pois, partindo do diagnóstico do território em que a biblioteca está localizada, do reconhecimento e compreensão das relações sociais, políticas e culturais que ali se constituem, possibilita que a biblioteca dialogue com o território, com suas demandas. Como efeito, as ações culturais propostas são elaboradas e colocadas em prática num processo de mediação entre biblioteca e território.

Instrumentos de participação popular e gestão territorializada são importantíssimos para o processo de formação de público, pois atrai a população para o centro das decisões acerca das políticas culturais, além de gerar um sentimento de pertencimento no público frequentador dos equipamentos culturais públicos. Ao ser ouvido, participar das decisões, reconhecer suas demandas e interesses nas atividades e ações dos equipamentos culturais, o público frequentador tende a não só aumentar, mas também fidelizar, pois estará em contínuo diálogo com equipamento, envolvido em diversas atividades que superam sua atuação como simples consumidor cultural.

2.2 BIBLIOTECA PÚBLICA

A primeira biblioteca pública do Brasil foi inaugurada em 1811, em Salvador, (MILANESI, 2013). Financiada por um senhor de engenho e aberta ao público em geral, a primeira biblioteca pública do Brasil teve sua origem privada (PINHEIRO, 2016). De Azevedo (2012), aponta a que a criação da Biblioteca Pública da Bahia partiu da associação da elite baiana, influenciada pelo espírito iluminista.

Mueller (1984), analisando a emergência das bibliotecas públicas na Europa no século XIX, aponta que esse momento estava relacionado com a expectativa de que as bibliotecas contribuíssem para a ordem nacional e o progresso nacional. A inauguração da Biblioteca Pública da Bahia, e, posteriormente, em 1814, a abertura da Real Biblioteca do Rio de Janeiro para o público insere-se nesse contexto.

A primeira biblioteca pública paulista, por sua vez, foi inaugurada um século depois, em 1926, na cidade de São Paulo como Biblioteca Pública Municipal e contou inicialmente com o acervo da Biblioteca da Câmara Municipal de São Paulo, que no ano anterior já havia aberto seu acervo para o público em geral (SÃO PAULO, Secretaria Municipal de Cultura 2015).

Bom, mas por que falar da origem da biblioteca pública? É importante saber que houve um marco na criação das bibliotecas públicas no Brasil e, também, na cidade de São Paulo, cidade na qual o presente trabalho se insere, assim como saber que o próprio conceito de público e de função social para as bibliotecas vem se alterando desde o século XIX.

Sobre a função social da biblioteca até o final da década de 1970, Mueller (1984) apud Machado, Júnior e Achilles (2014, p. 118), assinala que:

[...] ao longo dos séculos XIX e XX os conceitos de biblioteca e de biblioteca pública passaram por um conjunto de transformações e, conseqüentemente, as mesmas assumiram diferentes funções, conforme o contexto social no qual estavam inseridas: a) organização dos registros gráficos; b) preservação dos registros gráficos; c) difusão da informação e do conhecimento; d) mediação da leitura e da informação; e) instituição mantenedora da ordem e do status quo; f) instituição partícipe do “processo civilizatório” g) função educacional e i) espaço para a desconstrução da ordem.

Machado, Júnior e Achilles (2014), analisando estudos mais recentes sobre a função da biblioteca, traz para o centro do debate questões contemporâneas acerca das bibliotecas públicas, apontando-as como espaços de construção da cidadania, de práticas culturais e que evocam lugares de memória.

Os autores destacam que na contemporaneidade as bibliotecas públicas, influenciadas pelas mudanças sociotécnicas, principalmente pela tecnologia, estão pautadas no paradigma do acesso a informação e da produção de conhecimento. Nesse contexto apresentam a biblioteca pública como “espaço cultural e informacional de acesso à leitura, à informação e à pesquisa, como lugares de encontro entre diferentes tipos de informação, de saberes e de sujeitos e, também como espaço de produção de cultura e conhecimento” (MACHADO; JÚNIOR; ACHILLES, 2014, p.119).

Esse lugar de encontro entre diferentes tipos de informação, de saberes e de sujeitos implica pensar a biblioteca pública como um espaço verdadeiramente público, numa visão ampliada de público que rompe com a noção de posse, que não se restringe a uma instituição estatal e, ascende como uma instituição social, resultado das ações coletivas e relações entre

Estado e sociedade que ali se constituem, transformando aquele lugar num espaço de valor compartilhado (MACHADO; JÚNIOR; ACHILLES, 2014).

Para Bernardino e Suaiden (2011), a biblioteca pública é um espaço sociocultural que deve oferecer a sua comunidade projetos culturais para disseminar a cultura e a leitura aos seus usuários. Para os autores a leitura é um ponto central das bibliotecas públicas, é um processo de compreensão de formas e símbolos que reúne diferentes linguagens, dessa forma defendem que a biblioteca deve reunir em seu acervo uma ampla gama de assuntos em múltiplos suportes.

A realização desse modelo de biblioteca pública não é um fato, mas um processo em construção que demanda um forte envolvimento da comunidade local. Nesse sentido, Machado, Júnior e Achilles (2014, p. 122) afirmam que

[...] aproximação com a comunidade e a implementação de práticas participativas são determinantes para que a população local se aproprie efetivamente da biblioteca pública e a reconheça como um espaço público resultante de uma ação coletiva e não somente com uma localização institucional. Para isso o bibliotecário pode começar propondo a comunidade a constituição de um Conselho da Biblioteca formado por representantes de usuários/leitores, de movimentos sociais e associações do bairro, assim como funcionários da biblioteca.

De acordo com Machado e Vergueiro (2010, p. 251), quando a biblioteca pública possibilita que a comunidade local participe das discussões e decisões sobre a organização, estrutura e dinâmica da própria biblioteca ela abre-se para a gestão participativa e nesse processo as pessoas da comunidade passam “da posição de mero receptor das benesses de um órgão público, para a de um agente social envolvido na construção de fatores que irão influir no seu cotidiano”.

Na descrição da situação problema, analisada na próxima sessão, fica evidente que a Biblioteca Pública Municipal José Mauro de Vasconcelos não tem fomentado na comunidade local práticas de participação popular, a maioria das atividades propostas pela mesma não partem do diálogo com a comunidade. Considerando a proposta que o presente trabalho defende, de que o aumento de público frequentador na biblioteca passa pela mobilização da comunidade local e fomento da gestão participativa na biblioteca, é importante analisar algumas ações que corroboram para esse objetivo.

Machado e Vergueiro (2010) apontam alguns métodos, técnicas e ações importantes para a construção de articulações locais e de uma cultura de participação. Esse processo de construção requer uma mudança na cultura organizacional do equipamento, o que demanda,

de acordo com os autores, a equipe da biblioteca passar por um processo de aprendizado participativo. Aliado a isso, o diagnóstico da comunidade e dos usuários, a identificação de mecanismos participativos adequados à implementação da gestão participativa também são apontadas pelo autores. O diagnóstico possibilita conhecer o perfil dos usuários e da população do entorno, as instituições representativas que atua na região, os grupos e lideranças da regiões, além de criar indicadores iniciais de potenciais atores do processo participativo. Entre os mecanismos participativos estão, por exemplo, fóruns de debates, formação de conselhos consultivos e deliberativos, abertura de espaços para atuação dos grupos de jovens, constituição de grupos de discussão e de leitura.

Reconhecendo que “o processo participativo demanda debate e negociação”, Machado e Vergueiro (2010, p.252) consideram que a qualidade das intervenções dos participantes está diretamente relacionado com o seu acesso à informação e nesse sentido defendem que haja fóruns temáticos educativos com objetivo de propiciar “aos cidadãos formarem, articularem e refinarem opiniões sobre determinados assuntos”.

Machado e Vergueiro (2010) também apontam barreiras para o estabelecimento do processo participativo como: gestores externos à comunidade; postura impositiva de ações e ideias; barreiras discursivas; medo e isolamento decorrente da violência.

Fica evidente que os apontamentos sobre a biblioteca pública e sua função realizados pelos autores são generalistas, não se atentam a uma biblioteca específica. Entretanto, os autores, mesmo discutindo sobre a missão da biblioteca pública de maneira ampliada, estão cientes que cada biblioteca possui suas peculiaridades. Sobre essa questão Miranda (1978, p.69) apud Bernardino e Suaiden (2001, p. 34) afirmam:

Não pretendemos dar uma resposta definitiva – mesmo porque a biblioteca é um fenômeno histórico em regime de mútua e permanente influência (interação) com o meio ambiente e também porque toda instituição (apesar dos tecnocratas e dos apologistas da “administração por objetivos”) está umbilicalmente ligada àqueles que a organizam, que a fazem viver, que emprestam a ela a marca de sua vontade e de sua personalidade. Nenhuma biblioteca é igual a outra. Consequentemente, objetivos gerais acabam por ajustarem-se às possibilidades e necessidades específicas de cada biblioteca. Longe de constituir-se numa desvantagem, esta é a essência mesma de qualquer instituição democrática: a de ajustar-se a um plano diretor ou a um sistema geral sem perder de vista os seus próprios objetivos, sem renunciar a satisfazer as necessidades peculiares de seus próprios usuários.

Baseado nesse referencial teórico que serão realizadas as análises das ações e atividades da Biblioteca Pública Municipal José Mauro de Vasconcelos e, posteriormente, propostas de intervenção.

3 DIAGNÓSTICO E DESCRIÇÃO DA SITUAÇÃO PROBLEMA

3.1 DESCRIÇÃO GERAL DA ORGANIZAÇÃO

Em 2017, há 106 bibliotecas municipais em São Paulo, 6 são consideradas de amplo alcance, 54 bibliotecas de bairro, e 46 como bibliotecas de Centro Educacional Unificado (CEU) da cidade de São Paulo (SÃO PAULO, Secretaria Municipal de Cultura, 2017b).

A Biblioteca Pública Municipal José Mauro de Vasconcelos, inaugurada em 1991, está entre as 54 bibliotecas de bairro do município de São Paulo. Instalada na Praça Comandante Eduardo de Oliveira, 100 - Parque Edu Chaves, bairro pertencente ao distrito do Jaçanã e à Subprefeitura Jaçanã/Tremembé. Na extremidade norte, a biblioteca está localizada na região limítrofe entre os municípios de São Paulo e Guarulhos, com forte presença de bairros periféricos e pessoas em situação de vulnerabilidade social.

Até 2007, com a construção do CEU do Jaçanã, a biblioteca foi o único equipamento cultural público presente no distrito do Jaçanã. Esse fato revela a importância do equipamento empreender esforços para o desenvolvimento cultural do território.

A biblioteca é uma edificação térrea que possui uma sala infantil, com livros e mobiliário próprios para essa faixa etária, um salão aberto com o acervo juvenil e adulto e mesas e cadeiras para pesquisa e estudo. Localizada na área central do bairro, dentro de uma praça, possui boa circulação de pessoas, além de ser ponto de encontro para adolescentes e jovens.

Atualmente a biblioteca possui um telecentro, sala com 20 computadores com acesso à internet, geridos pela Coordenadoria de Conectividade e Convergência Digital da Secretaria Municipal de Serviços, e também WIFI Livre, rede aberta de conexão com internet via *wireless*.

O quadro funcionários permanente da biblioteca em conformidade com os cargos da Secretaria Municipal de Cultura SMC são uma bibliotecária coordenadora, uma assistente de gestão de políticas públicas e dois agentes de apoio. Aos funcionários da biblioteca soma-se os funcionários das empresas terceirizadas de limpeza e vigilância. A biblioteca ainda conta com a atuação de dois jovens monitores culturais, participantes da formação teórico e prático em gestão cultural do Programa Jovem Monitor Cultural. O telecentro possui dois funcionários que se alternam durante o funcionamento do mesmo.

Atualmente a biblioteca não possui nenhum orçamento próprio, todo o gasto com funcionários, materiais, suplementos, contratação de oficinas, contratação de atividades culturais são custeados pela SMC. As atividades culturais da biblioteca são escolhidas e contratadas pela Supervisão de Programas e Projetos (SPRO), departamento ligado à CSMB. No caso das oficinas é um pouco de diferente, atualmente a SPRO tem disponibilizado uma lista de oficinas e oficinas cadastradas na SMC para as bibliotecas escolherem o que desejam, entretanto, a escolha não garante a contratação.

A programação da biblioteca ao longo do ano contempla oficinas culturais, apresentações artísticas diversas, mediação de leitura, contação de história, saraus e atividades em parceria com coletivos e a comunidade local.

As oficinas variam de acordo com o ano e/ou semestre, por exemplo, de 2016 até 2018, a biblioteca já recebeu oficina de maracatu, hip hop, elaboração de projetos culturais, criação de máscaras africanas. As apresentações artísticas são na maioria contratadas pelo SPRO e contemplam diversas linguagens: teatro, música, dança, atividades circenses, etc. As atividades em parceria com coletivos e a comunidade local são atividades literárias, de dança, exposição de quadros e fotografias de artistas da região, entre outros. As vezes, a biblioteca também recebe algumas atividades de coletivos que foram contemplados por editais de incentivo à cultura e como contrapartida escolheram propor ações e atividades culturais na biblioteca.

A divulgação das atividades é realizada através de cartazes fixados na biblioteca, através das redes sociais, principalmente Facebook, e com convites diretos às escolas e Centros de Crianças e Adolescentes (CCAs) do território. Escolas e CCAs são o principal público da programação cultural da biblioteca.

Tão importante quanto descrever a estrutura da biblioteca em questão é descrever como a SMC vem se estruturando, quais as diretrizes e políticas culturais voltadas para as bibliotecas vêm colocando em prática.

O primeiro grande marco é a criação do Departamento de Cultura na década de 30. Idealizado por intelectuais paulistas modernistas, destacando-se Mário de Andrade, Paulo Prado, Sérgio Milliet e Rubens Borba de Moraes, visava estruturar a atividade cultural da cidade de São Paulo (SÃO PAULO, Secretaria Municipal de Cultura, 2015). É “o primeiro Departamento de Cultura de uma cidade brasileira, e um marco da institucionalização das políticas de cultura no Brasil” (PINHEIRO, 2016).

Mário de Andrade teve papel destacado no Departamento de Cultura, implementou ações culturais ligadas às ações educativas, buscou levar ações de leitura para bairros distantes do centro, dinamizou o acesso ao livro e à leitura na cidade de São Paulo. (PINHEIRO, 2016).

Durante as décadas de 1950 e 1960 houve uma grande expansão da Rede de Bibliotecas da cidade de São Paulo. Nesse período foram criadas mais de trinta bibliotecas, com destaque para as diversas Bibliotecas de Bairro espalhados pela cidade (SÃO PAULO, Secretaria Municipal de Cultura, 2015).

Importante destacar que a construção de bibliotecas de bairro, ditas populares, já faziam parte do conjunto de ações previstas pelo Departamento Cultural de São Paulo, que a partir da Divisão de Bibliotecas traçava as primeiras diretrizes para políticas públicas voltadas à formação de público leitor no país (PINHEIRO, 2016).

Na década de 70, através da Lei nº 8.204, de 13 de janeiro de 1975 foi criada a Secretaria Municipal de Cultura (SÃO PAULO, Prefeitura Municipal, 1975). Já durante os anos de 1989 e 1992, com Marilena Chauí a frente da SMC, houve uma mudança de paradigma na gestão da Secretaria. Tem-se a preocupação de implementar uma nova política cultural, a política da Cidadania Cultural - exposto no capítulo anterior -, contrapondo com um programa de atividades ou serviços culturais pontuais (PEREIRA, 2017). Nesse período tem a ampliação das atividades das bibliotecas com projetos que davam “ênfase na biblioteca como espaço específico de leitura, informação e pesquisa, considerando suportes complementares outras atividades como teatro e música” (CHAUÍ, 2006, p.92).

Uma década depois, no período de 2001 a 2003, com uma nova gestão, de acordo com Machado (2010, p. 118), “utilizando métodos pedagógicos de gestão participativa, foi iniciada a construção de um planejamento participativo no então Departamento de Bibliotecas Públicas”, mas, devido a mudança de direção na SMC, o processo foi interrompido antes de ser implementado.

Em 2011, há outro marco importante nas políticas municipais de cultura, a criação do Programa Veia e Ventania. O programa, de acordo com Pinheiro (2016, p. 121), “tem como objetivo promover atividade dos saraus em equipamentos culturais da SMC, especialmente as bibliotecas públicas, cuja escolha dos grupos acontece através de um edital”. O programa se insere nas políticas de fomento à leitura e literatura e, ao mesmo tempo, fortalece a cena do Sarau espalhados pela cidade de São Paulo, muito forte em diversas regiões periféricas da cidade, além de trazer os Saraus e seu público para dentro das bibliotecas públicas, um

público que, mesmo com forte envolvimento com a literatura, muitas vezes não têm um relação próxima com as bibliotecas públicas.

Em 2015, o Plano Municipal do Livro, Leitura, Literatura e Biblioteca (PMLLLB) é instituído com a finalidade de assegurar a todos o acesso ao livro, à leitura e à literatura (SÃO PAULO, Prefeitura Municipal, 2015). De acordo com Pinheiro (2016, p.135), a construção do PMLLLB “se desenvolveu ao longo de mais de três anos de consultas, plenárias, audiências públicas e debates”, com o protagonismo da sociedade civil, um marco na área de cultura na questão de participação social. O autor também aponta que o PMLLLB leva em consideração as questões de gênero, raça, a questão da territorialidade, índices socioeconômicos e que está previsto a elaboração de relatórios semestrais pela SMC e Secretaria Municipal de Educação, com o cronograma de cumprimento das metas estabelecidas e a implementação de um Conselho Gestor do Programa, reunindo poder público e sociedade civil, com a predominância do segundo.

Recentemente, nos dois últimos decretos da Prefeitura de São Paulo que versam sobre a reorganização das estrutura da SMC, o Decreto nº 57.528 (SÃO PAULO, Prefeitura Municipal, 2016) , de 12 de Dezembro de 2016, e o Decreto nº 58.207 (SÃO PAULO, Prefeitura Municipal, 2018), de 24 de Abril de 2018, tanto o Conselho Municipal de Políticas Culturais e o Conselho Municipal de Bibliotecas estão presentes compondo a estrutura básica da SMC como órgão colegiados. Todavia, esses mesmos conselhos nos anos de 2017 e 2018 não realizaram trabalho, reuniões, não houve chamamento público para eleição dos conselheiros, nada. Desde 2008, não há nomeação do Conselho Municipal de Bibliotecas. No caso do Conselho Municipal de Políticas Culturais, tramita, desde 21 de Maio de 2015, na Câmara Municipal de São Paulo, o Projeto de Lei nº 248/2015 que o transforma em conselho deliberativo.

Outro conselho importante para a gestão das políticas culturais é o Conselho do PMLLLB. Os conselheiros foram eleitos no final de dezembro de 2016. Em 21 de Julho de 2017, o Decreto nº 57.792 (SÃO PAULO, Prefeitura Municipal, 2017a) altera o processo de composição do Conselho e suas atividades. Diversas medidas antidemocráticas e impopulares são implementadas, tais como: diminui o número de integrantes da sociedade civil e aumenta o número de representantes do governo, fazendo com que o conselho deixa de ser composto majoritariamente por representantes da sociedade civil; exclui a obrigatoriedade de eleição para escolha dos representantes da sociedade civil e deixa a critério do Secretário de Cultura a escolha dos novos representantes.

3.2 DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO-PROBLEMA

A metodologia utilizada no diagnóstico da situação problema foi a pesquisa documental, foi consultado e analisado o Programa de Metas 2017-2020 da cidade de São Paulo, dados estatísticos sobre as bibliotecas disponibilizados pela Coordenadoria do Sistema Municipal de Bibliotecas e decretos e leis do município.

Em 2016, para o exercício da nova gestão da Prefeitura de São Paulo foi elaborada o Programa de Metas 2017-2020, “instrumento que organiza as prioridades da Prefeitura nos quatro anos de mandato, conforme exigido pela Lei Orgânica do Município desde 2008” (SÃO PAULO, Prefeitura Municipal, 2017b, p.3).

No eixo de Desenvolvimento Humano, sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Cultura, encontra-se a Meta 20: “Aumentar em 15% (142.820) o público frequentador do Sistema Municipal de Bibliotecas” (SÃO PAULO, Prefeitura Municipal 2017b, p.226).

O Programa de Metas não justifica o porquê considera necessário aumentar o público, nem como foi realizado o cálculo para estipular o aumento de 15%. O processo de pesquisa não encontrou nenhum documento oficial da prefeitura que aponte essas questões ou apresente algum índice que indique qual deva ser o público médio das bibliotecas.

Contudo, é sabido que o aumento de 15% (142.820 pessoas) foi calculado tendo como ano base 2016, cujo valor base é 952.136, frequência computada de todas as bibliotecas para o período. A frequência é o número de presenças nos serviços municipais de leitura da SMB, no nosso caso, na biblioteca, para atividades de leitura, consulta e informação (SÃO PAULO, Secretaria Municipal de Cultura, 2017b), em outras palavras, a frequência é o número de presenças na portaria.

A proposta de projeção para atingir a meta é que no primeiro biênio 2017-2018 ocorra um aumento de 5% (47.606) e no segundo biênio tenha mais um aumento de 10% (95.213), totalizando no final dos quatro anos o aumento de 15% previsto.

Para atingir esse objetivo foi proposto o Projeto 30 intitulado Biblioteca Viva, cujo descritivo é “Transformar a biblioteca de bairro em um equipamento cultural vivo, com uma programação regular, diversificada e de qualidade, que ofereça ao público frequentador atividades culturais, visando, também, à formação do público leitor” (SÃO PAULO, Prefeitura Municipal, 2017b, p.226).

O orçamento do Projeto prevê R\$ 24,7 milhões de investimento, sendo R\$ 22,7 milhões provenientes de recursos próprios e R\$ 2 milhões de outros recursos, e R\$ 89,6 milhões para custear a iniciativa. Não há informações detalhadas de como será feito o investimento nem sobre os custos para manter o projeto.

De acordo com o Programa de Metas 2017-2020 (São Paulo, Prefeitura Municipal, 2017b, p.228), dentro do Projeto Biblioteca Viva estão previstos 10 linhas de ação:

1. Ampliar os horários de funcionamento das 54 bibliotecas do Sistema Municipal de Bibliotecas (SMB) e garantir que 100% delas estejam abertas aos domingos.
2. Aumentar a programação regular, oferecendo múltiplas linguagens artísticas no equipamento.
3. Treinar 100% dos funcionários de atendimento de pelo menos 40 bibliotecas.
4. Disponibilizar WiFi em todas as unidades.
5. Implementar nova estratégia expositiva do acervo para facilitar o uso do público frequentador.
6. Realizar mapeamento do acervo para permitir sua renovação.
7. Implementar novo modelo de aquisição de acervo.
8. Garantir que, nas prefeituras regionais onde não há biblioteca do SMB, possa ser realizada uma parceria para abertura e instalação de um “Ponto de Leitura”.
9. Criar e implementar plano estratégico de comunicação para o Programa Biblioteca Viva.
10. Realizar a requalificação da infraestrutura das bibliotecas que necessitarem.

Com exceção da ação 10, que ainda está em fase de implementação, a ação 8, que ainda não instalou Pontos de Leitura nas Subprefeituras de Cidade Ademar, M’Boi Mirim e Parelheiros, todas as demais ações já foram implementadas.

Entretanto, quando analisamos os dados sobre a frequência do público em 2017 disponibilizado pela CSMB, e presente no site da Prefeitura (SÃO PAULO, Secretaria Municipal de Cultura, 2018), houve um aumento de 3571 pessoas na frequência total comparada ao ano de 2016, que significa um aumento inferior a meio por cento, 0,37% aproximadamente.

Importante esclarecer que aqui só aparecem dados referente aos anos de 2016 e 2017, pois o ano de 2016 é apontado como ano de referência base, como foi explicado anteriormente, e o ano de 2017 é o único ano depois de 2016 que tem todos os dados disponibilizados pela CSMB. Até a finalização do projeto, janeiro de 2019, os dados de 2018 só foram divulgados até agosto e com informações incompletas.

Embora o aumento de 5% na frequência esteja previsto para o biênio 2017-2018, o aumento do primeiro ano é um aumento muito discreto. Se restringirmos a análise aos eventos da CSMB, houve um aumento na oferta de eventos de 6.161 no ano de 2016 para 7.620 no

ano de 2017, mas que não resultaram no aumento do público, pelo contrário, houve uma diminuição na frequência do público de 193.104 para 176.038. O público dos eventos e a frequência nas bibliotecas são computados separadamente.

Analisando os serviços de leitura realizados pela Biblioteca José Mauro Vasconcelos, o ano de 2017 apresentou aumento no número de consultas, empréstimos e matrículas, foram, respectivamente, 19.728, 24.919 e 1.319, contra 17.424, 19.284 e 1.226 no ano de 2016. Entretanto, a frequência na biblioteca no mesmo período diminuiu foi de 34.745 pessoas em 2016 para 27.890 pessoas em 2017, queda de aproximadamente 20%.

As consultas são os serviços prestados pelas bibliotecas, por meio do qual os documentos os documentos que compõem os respectivos acervos são acessados e utilizados pelos usuários nas próprias unidades. Empréstimo consiste na retirada de documentos dos acervos pelos usuários, por tempo determinado, e matrícula é a inscrição dos usuários no SMB, permitindo que possam realizar empréstimos em todas as bibliotecas do SMB (SÃO PAULO, Secretaria Municipal de Cultura 2017b).

Esses dados demonstram que houve um aumento dos serviços oferecidos pela biblioteca, mas com a diminuição da frequência de público na mesma. É importante atentar-se que o aumento pode significar o aumento da demanda desses serviços pelos mesmos usuários, pessoas que já frequentam a biblioteca, e que o aumento no número de matrículas, realizadas anualmente, não vem acompanhado necessariamente do aumento da presença desses usuários na biblioteca ao longo do ano.

Vários são os fatores que podem ter contribuído para a diminuição da frequência de público no período. Esses fatores podem estar relacionados com questões tanto de natureza externa à biblioteca, quanto de natureza interna. As questões externas podem estar ligadas ao perfil de público, às características do bairro e seu entorno, à presença de outros serviços de leitura e atividades culturais no território. As questões internas podem estar relacionadas à cultura organizacional da biblioteca, às práticas de gestão, às diretrizes da SMC, às características físicas do equipamento, à elaboração e divulgação da programação cultural.

Atentando-se às questões externas, analisar o perfil do público frequentador é essencial. Entretanto, dados como sexo, idade, raça/cor e escolaridade só estão disponíveis para o ano de 2017, não permitindo a comparação com o ano anterior. Analisando os relatórios da biblioteca percebeu-se que não são todos os meses que esses dados são computados. Essas questões impedem a realização mais profunda sobre as características do público frequentador da biblioteca.

Focalizando no Jaçanã, distrito que a biblioteca está localizada, e no seu entorno, é possível perceber uma grande movimentação cultural, há diversos espaços culturais e coletivos presentes no território. Entre os espaços culturais institucionais, além da biblioteca, estão o CEU Jaçanã e a Fábrica de Cultura Jaçanã, equipamentos com programação cultural gratuitas mantidos, respectivamente, pelo município e pelo Estado de São Paulo. Outros espaços culturais do território que têm programação cultural são a Casa Cultural Hip Hop Jaçanã, o Museu do Jaçanã, e a sede do coletivo cultural Casa no Meio do Mundo, todos abertos ao público e geridos por produtores culturais e artista independentes do território. A esses espaços somam-se diversas ações e intervenções culturais com múltiplas linguagens, realizadas por coletivos no território, como, por exemplo, as ações do Coletivo “Você tem fome de quê?”, do Coletivo Ocupação Verde, do Sarau do Infinito, entre outros. Os “fluxos” também merecem destaque, bailes funk espontâneos que acontecem no Jardim Brasil, bairro vizinho ao Parque Edu Chaves, e levam milhares de pessoas à rua.

Infelizmente, há pouco diálogo da biblioteca com outros equipamentos culturais do território, não há ações e atividades realizadas em conjunto. As programações culturais dos equipamentos que poderiam minimamente ter uma relação entre si, pois atendem o mesmo território, não conversam e, as vezes, concorrem entre si. O diálogo com os coletivos culturais é melhor, especialmente com o coletivo Casa no Meio do Mundo. Juntos coletivo e biblioteca já realizaram eventos literários, de dança e saraus. Essas parcerias são muito importantes para a formação de público nas bibliotecas, pois aumentam o número de atividades, a qualidade e o alcance das mesmas no território.

Outro fator externo, diretamente relacionado à diminuição de público na biblioteca em questão, mas que afeta todas em âmbito nacional, é o alto índice de não-leitores no país. De acordo com Failla (2016), em 2016, a porcentagem de não leitores no Brasil era 44%, porém, o número de leitores vem crescendo no país, e uma das ações importantes nesse sentido é mediação da leitura durante a infância, despertando o interesse desde cedo pela leitura.

Voltando à biblioteca, no período analisado, houve uma diminuição no número de mediações de leitura realizadas na biblioteca de 122, em 2016, para 94, em 2017, resultando na diminuição na frequência de público nessas atividades, de 2622 para 1874 pessoas . A diminuição desse tipo de atividade é um grande atraso para a biblioteca, pois, além de contribuir para a formação de público leitor, é a atividade que apresenta os melhores números de público na biblioteca, contribuindo nos dois anos com mais de 40% no total do público das

atividades culturais da biblioteca. Em 2016, as mediações de leitura eram obrigatórias, com o Projeto Biblioteca Viva essas atividades são colocadas em segundo plano.

Para tentar entender essa diminuição é necessário analisar as ações implementadas pelo Projeto Biblioteca Viva (SÃO PAULO, Secretaria Municipal de Cultura, 2017a). Aqui entramos nos fatores internos. Os eventos, em 2016 somaram 191 e levaram 6.059 pessoas para a biblioteca. Em 2017 foram 152 eventos e público de 4.390. Esses dados chamam atenção, pois, mesmo com o Projeto Biblioteca Viva prevendo ações para o aumento da programação regular, o número de eventos na biblioteca caiu. Em função do Biblioteca Viva que tem como carro chefe realizar apresentações de espetáculos de circo, dança, música e teatro na biblioteca, esses tipos de eventos subiram de 8 eventos, em 2016, para 33 eventos na biblioteca, em 2017. Em contrapartida, os três eventos com maiores públicos, em 2016, as mediações de leitura, os saraus e as oficinas, tiveram, sem exceção, números inferiores em 2017.

Percebe-se que a SMC via CSMB preocupou-se em aumentar a oferta de programações culturais nas bibliotecas, especialmente espetáculos, porém não incentivou outras atividades que já ocorriam na biblioteca e que apresentavam bons números de público com o mesmo afinco. A centralização na tomada das decisões, a falta de participação popular, tem relação direta com essas escolhas. Outro fator são os cortes e contingenciamento do orçamento para a Cultura na cidade, afetando a continuidade de diversos projetos e editais. O Programa Veia e Ventania que leva saraus periféricos às bibliotecas é um exemplo, depois de diversos cortes, teve seu último edital realizado em 2017. Outra possibilidade é a tentativa de desvincular as ações da biblioteca da gestão anterior e, ao mesmo tempo, implementar e fortalecer a imagem do Projeto Biblioteca Viva.

Outro fator identificado é a falta de diálogo com a equipe da biblioteca e o com a comunidade local. Aumentar as mediações de leitura, por exemplo, deveria ser prioridade, dada a sua importância na formação de público leitor e por ser uma atividade que vem dando certo. A falta de diálogo e centralização ficam explícitas nas atividades culturais que compõem a programação cultural do Biblioteca Viva. Contratadas pelo SPRO, as atividades não contemplam artistas e grupos do território, nem atendem aos anseios da população do território. Os horários também são fixados pela SMC, e na proposta do Projeto Biblioteca Viva, são realizadas aos finais de semana, dias que as escolas e CCAs estão fechados. É muito importante uma programação diversificada, oferecer à população entrar em contato com diferentes linguagens, mas a mesma tem que criar uma relação com a comunidade local. É a

partir de atividades e linguagens que dialogam com a realidade da população que será possível atraí-los para as atividades da biblioteca e apresentá-los a novas atividades e linguagens.

Em 2016, diferentemente, a biblioteca contava com orçamento de dez mil reais anual para contratação de atividades culturais. Era um valor baixo, mas que permitia fomentar artistas e coletivos do território e aproximar biblioteca e comunidade local. O projeto Biblioteca Viva insere-se num conjunto de ações que recaem na centralização nas tomadas de decisão sobre a gestão das bibliotecas por parte da SMC. A não atuação dos conselhos, mencionados anteriormente, catalisam esse caráter centralizador da SMC na gestão das bibliotecas públicas.

Ampliar o horário de funcionamento, com funcionamento das bibliotecas aos sábados e implementar nova estratégia expositiva do acervo, ações implementadas a partir do Biblioteca Viva, são importantes, mas têm impacto muito discreto no aumento do público total da biblioteca.

O WiFi sim trouxe novos usuários para a biblioteca, mas já era uma ação prevista antes do projeto biblioteca viva. Contudo, muitas pessoas, principalmente jovens, vão até a biblioteca para usar o WiFi, mas não utilizam outros serviços da biblioteca, nem participam das atividades culturais. O mesmo acontece com muitos usuários do telecentro, vão até a biblioteca para utilizar o computador, mas não participam das demais atividades da biblioteca. Os motivos estão ligados a fatores já mencionados, provavelmente essas pessoas não são leitores e, o ponto principal, as atividades da bibliotecas não são atrativas e/ou não vão ao encontro dos seus interesses.

Outro fator identificado na gestão da Biblioteca José Mauro de Vasconcelos é que a mesma não possui nenhum canal ou dispositivo de participação popular. Embora a biblioteca tenha uma boa relação com alguns coletivos culturais e realize atividades em conjunto, não há participação popular na gestão da biblioteca.

Há uma forte cobrança da SMC pelo aumento do público, porém, sem estabelecer um diálogo horizontal com biblioteca, público e população do território. O trabalho realizado anteriormente na biblioteca não é valorizado e/ou incentivado, não são levantadas os interesses do público local e das problemáticas do território. Por fim, coloca o público como mero expectador, desconsiderando que também há o interesse pela criação, pela construção de atividades e espaços.

4 PROPOSTA TÉCNICA PARA SOLUÇÃO DA SITUAÇÃO PROBLEMA

4.1 PROPOSTA TÉCNICA

O diagnóstico da situação problema apresentou uma série de fatores que estão relacionados a diminuição de público na Biblioteca Pública Municipal José Mauro de Vasconcelos, no entanto, as quatro propostas de solução a seguir restringem-se à ações locais que a própria biblioteca poderá colocar em prática. Esse recorte é importante, pois garante a aplicabilidade e controle das ações.

A primeira proposta é o levantamento dos potenciais aspectos identitários do distrito Jaçanã e seu entorno. A equipe da biblioteca realizará uma pesquisa e análise da história da região e suas características. Nesse processo a comunidade será convidada a contar a história do bairro e sua percepção sobre ele. Ao final do processo será redigido um texto, com a possibilidade de, dependendo do conteúdo, também ser produzido um conteúdo audiovisual. A participação da comunidade é imprescindível nesse processo para o resultado final não ser um texto essencialmente técnico, que pouco se atenta aos processos subjetivos de construção do território, de identificação. Outra questão é possibilitar a comunidade a produção de sua própria narrativa, contrapondo-se a narrativas hegemônicas e excludentes.

Também realizar-se-á um mapeamento coletivo e colaborativo do território. Procurar-se-á identificar quem são os moradores da região, seus interesses culturais e os espaços do território de cultura e e lazer. Para essa finalidade serão realizadas pesquisas através de questionários com perguntas previamente selecionadas e estruturadas. Buscar-se-á, inicialmente, a colaboração do CEU Jaçanã, da Fábrica de Cultura Jaçanã, do coletivo cultural Casa no Meio do Mundo, das escolas e CCAs do território para divulgação dos questionários. O questionário poderá ser preenchido presencialmente ou online.

O questionário contará inicialmente com os seguintes campos para preenchimento: Nome; Bairro; Idade; Sexo; Cor/raça; Escolaridade; Quais espaços de cultura e/ou lazer você frequenta?; É no seu bairro?; Quais atividades culturais gostaria de participar?; Quais atividades você acha que existem numa biblioteca pública?; O que você gostaria que tivesse numa biblioteca e que te levaria a participar?

O questionário poderá sofrer alterações e incorporar outras questões de acordo com a necessidade dos parceiros que colaborem na divulgação do mesmo. A colaboração é importante para ampliar o alcance do questionário, atingindo mais pessoas do território. Esse

instrumental ajudará na proposição de atividades na biblioteca, possibilitando focar algumas atividades em áreas culturais específicas de acordo com o interesse da população da região.

Ao final, tentar-se-á levantar todos os espaços, ações, eventos e atores culturais do território e cadastrá-los na Plataforma SP CULTURA, “plataforma de mapeamento dos espaços, agentes, projetos e eventos culturais na cidade” (SÃO PAULO, Secretaria Municipal de Cultura, 2016, p. 43). A plataforma possibilitará disponibilizar online o mapeamento das atividades culturais da região, potencializando o desenvolvimento cultural do território.

A segunda proposta é a implantação de canais e dispositivos de participação popular na Biblioteca Pública Municipal José Mauro de Vasconcelos. Nesse sentido serão realizados fóruns temáticos e grupos de discussão e leitura com o objetivo de aproximar a biblioteca e a comunidade, debater questões relacionadas à biblioteca, debater as políticas públicas para a área e criar subsídios para a implantação de um Conselho na biblioteca. Em 2019, o fórum ocorrerá no segundo semestre. Nos anos seguintes serão realizados um por semestre. Quanto aos grupos de discussão e leitura, serão criados pelo menos dois, com número de encontros fixados de acordo com o interesse e disponibilidade dos participantes.

A participação popular, além de importante na gestão da biblioteca, também poderá atuar de maneira incisiva na fiscalização e acompanhamento das políticas públicas voltadas à biblioteca, cobrando a biblioteca e SMC para que as ações e atividades culturais dialoguem com os anseios da comunidade local e contemplem artistas e coletivos do território. A criação do Conselho na biblioteca é essencial, todavia, ele é resultado de uma demanda por participação da sociedade civil, de movimentos sociais. Assim, a proposta de realizar fóruns e grupos de discussão é um processo para juntos, biblioteca e comunidade local, discutir a importância de implantar um conselho na biblioteca. Logicamente, essas ações também contribuem para o aumento de público na biblioteca.

Alguns temas para debate e discussão podem ser: políticas públicas de formação de leitor, mediação da leitura na primeira infância; o papel da biblioteca e da cultura no território, participação popular e cidadania cultural, acervo e coleções, dentre outros. A escolha dos temas dar-se-á através da escolha dos usuários da biblioteca, moradores da região e dos potenciais parceiros. Para tanto, contará com divulgação na biblioteca, nas redes sociais e entre as parcerias estabelecidas pela biblioteca.

A construção do Fórum será compartilhada entre equipe da biblioteca, comunidade local e demais parceiros. Os parceiros poderão ser encontrados entre os espaços institucionais

ou não de educação e cultura, movimentos sociais, coletivos culturais, faculdades e universidades, organizações sociais, dentre outros.

A terceira proposta, criação de redes de cooperação local e intersetorial para elaboração e divulgação de atividades conjuntas, perpassa todas as demais propostas. Até aqui todas as propostas estão interligadas. Para o êxito das propostas anteriores é necessário a criação de redes de cooperação, ao mesmo tempo, com o diagnóstico da primeira proposta será possível identificar potenciais parceiros para a criação da rede. De antemão, procurar-se-á aproximar e estreitar relações com o CEU JAÇANÃ, com a Fabrica de Cultura Jaçanã, com as escolas e CCAs e com demais espaços e coletivos culturais localizados nos distritos Jaçanã. Com as redes de cooperação local pretende-se ampliar o alcance de divulgação das atividades culturais no território e possibilitar que no território haja atividades com diferentes linguagens, atendendo diferentes interesses. Com esse propósito procurar-se-á elaborar uma programação cultural unificada do território para divulgação. As parcerias, principalmente com os coletivos culturais, são cruciais para que a biblioteca desenvolva atividade com e para a comunidade local, não se restringindo às ações da SMC e do Biblioteca Viva. As redes de cooperação também poderão contribuir para o desenvolvimento de uma gestão participativa da biblioteca, constituindo-se como um dispositivo para fomentar a participação popular na biblioteca.

A quarta proposta é o aumento das atividades de mediação de leitura. Essas atividades ocorrerão semanalmente, no mínimo duas vezes, sendo fortemente recomendado que ocorram mais vezes. Com essa periodicidade mínima, considerando os períodos de recesso, as mediações de leitura praticamente chegarão ao total de 94 eventos, número total do ano de 2017. As mediações, como já foi comentado, são importantes para a formação de público leitor e trazem um grande número de crianças e adolescentes para a biblioteca.

4.1.1 Plano de implantação

Todas as proposta iniciarão seu processo de implantação em março de 2019. A primeira proposta iniciará com a pesquisa e análise documental e levantamento de pessoas, grupos e instituições que contribuíram para a construção e desenvolvimento da região, especialmente na questão cultural, e que aceitariam conversar e dar depoimentos sobre o processo. Criar-se-ão materiais para divulgação nas redes sociais convidando a comunidade local a comunidade participar do processo de escrita do texto e de produção de conteúdo

audiovisual sobre o tema. Em julho, iniciará a gravação das conversas e depoimentos. Em dezembro, para fins de monitoramento, deverá ser apresentado o esboço do texto e as conversas e depoimentos gravados. Em março de 2019, na segunda edição do Fórum, ocorrerá a apresentação final e discussão do texto sobre os aspectos identitários do território. A realização dessas atividades ficarão a cargo da equipe da biblioteca, coordenadora e jovens monitores culturais.

A divulgação do questionário na biblioteca e nas redes sociais iniciará em março de 2019. Serão impressos questionários e distribuídos na biblioteca, convidando os usuários a preenchê-los. No mesmo período iniciará os contatos com o CEU Jaçanã, a Fábrica de Cultura Jaçanã, o coletivo cultural Casa no Meio do Mundo e as escolas e CCAs do território para divulgação dos questionários. A responsabilidade de divulgar os questionários será compartilhado entre todos os funcionários. O contato com possíveis parceiros ficará a cargo dos Jovens Monitores. Em abril, os questionários deverão estar disponíveis para preenchimento na biblioteca e online, e todos os potenciais parceiros mencionados contatados para participar da divulgação.

O cadastramento dos espaços, ações, eventos e atores culturais do território na plataforma SP Cultura será realizado pelos jovens monitores culturais da biblioteca. Com início também em março, o acompanhamento dar-se-á pelo número e frequência de novos cadastros na plataforma.

A segunda proposta iniciará com o levantamento de temas e interessados em participar de grupos de discussão e leitura na biblioteca. Em maio, será divulgado o tema e ocorrerá a abertura de inscrições aos interessados. Em junho, iniciará as atividades. Em outubro, após realizar as etapas anteriores, espera-se que já tenham sido criados dois grupos. Esse processo será realizado por todos os funcionários da biblioteca. A divulgação acontecerá na biblioteca, nas redes sociais e entre as parcerias estabelecidas pela biblioteca. As inscrições serão presenciais na biblioteca e online.

Sobre os Fóruns, em março de 2019, iniciará o processo de levantamento de temas e, principalmente, parceiros interessados em construí-lo. Em julho, ocorrerá a divulgação do Fórum. Em agosto, a abertura das inscrições para os interessados. Em setembro, ocorrerá a primeira edição do fórum. A segunda edição do fórum será realizada em março de 2020. A responsabilidade pela busca de parcerias será realizado pela coordenadora da biblioteca e jovens monitores culturais. A construção do Fórum será compartilhada entre equipe da biblioteca, comunidade local e demais parceiros.

A terceira proposta iniciará com o processo de identificação de potenciais parceiros para a criação de redes de cooperação local. Em abril de 2019, o CEU Jaçanã, a Fábrica de Cultura Jaçanã, o coletivo cultural Casa no Meio do Mundo e as escolas e CCAs do território serão contatados, apresentando-lhes a proposta em questão e convidando-os a aderirem. Nos próximos meses outros espaços, grupos e coletivos, conhecidos a partir do diagnóstico, deverão ser contatados. Em agosto, espera-se que ao menos uma atividade tenha sido realizado na biblioteca em conjunto com algum parceiro. Até dezembro de 2019, espera-se que a divulgação da programação cultural entre os parceiros seja realizado em conjunto. Os responsáveis serão a equipe da biblioteca em conjunto com os demais parceiros. O monitoramento dar-se-á através do acompanhamento do número e frequência das atividades em conjunto e da divulgação da programação cultural de maneira conjunta.

A quarta proposta iniciará com o contato com as escolas e CCAs, convidando-os a trazerem crianças e adolescentes para participação das mediações literaturas. Será realizado uma lista dos interessados e um calendário das atividades, visando atender todos. Em abril de 2019, o calendário com as datas das mediações de leitura deverá estar pronto e atividades ocorrendo no mínimo duas vezes por semana. As atividades serão abertas para todos e a divulgação ocorrerá na biblioteca e nas redes sociais e entre as parcerias estabelecidas pela biblioteca. Os responsáveis serão a bibliotecária coordenadora e os jovens monitores culturais. Para monitoramento serão analisados mensalmente os relatórios de atividades culturais produzidos pela equipe da biblioteca.

O monitoramento de todas as ações apresentadas será responsabilidade da coordenadora da biblioteca que verificará mensalmente se as ações estão sendo cumpridas e os prazos determinados respeitados.

4.1.2 Recursos

Para implantação da primeira proposta serão necessários computadores com acesso à internet, impressora, gravador de voz e câmera filmadora. Os recursos humanos serão a coordenadora da biblioteca, os jovens monitores culturais e os possíveis parceiros do território. Os parceiros poderão ser os moradores do território, a direção das escolas e professores, os coordenadores e educadores sociais dos CCAs, os arte educadores, artistas, produtores culturais e demais profissionais da área cultural e que atuam no território, dentre outros. As instalações serão a própria biblioteca.

Para a segunda proposta serão necessários computadores com acesso à internet e impressora. Os recursos humanos serão todos os funcionários da biblioteca, coordenadora, agentes de apoio, assistente de gestão de políticas públicas e jovens monitores culturais, os participantes dos grupos de discussão e leitura e os parceiros para a construção do Fórum. As instalações serão a própria biblioteca e a praça de seu entorno.

Para a terceira proposta serão necessários computadores com acesso à internet e impressora. Os recursos humanos serão a coordenadora da biblioteca, os jovens monitores culturais e os possíveis parceiros do território. As instalações serão a própria biblioteca, a praça de seu entorno.

Para a quarta proposta serão necessários computadores com acesso à internet e impressora. Os recursos humanos serão a coordenadora da biblioteca e os jovens monitores culturais. As instalações serão a própria biblioteca.

Considerando que a biblioteca não dispõem de recursos próprio, nenhuma das atividades preveem uso de recursos financeiros.

4.1.3 Resultados esperados

A partir da implantação da proposta técnica espera-se que o público da Biblioteca Pública Municipal José Mauro de Vasconcelos aumente 15%, em conformidade com a Meta 20 do Programa de Metas 2017-2020.

Entretanto, espera-se que o aumento seja seguido do aumento da participação popular na gestão das políticas culturais da cidade de São Paulo. Espera-se que as propostas sejam eficientes para a criação de espaços de participação social nas ações da Biblioteca Pública Municipal José Mauro de Vasconcelos, que os aspectos identitários do território sejam refletidas nas atividades culturais da Biblioteca e que suas ações e atividades não fiquem restritas ao espaço físico da biblioteca e aconteçam também em outros espaços do território. Por fim, espera-se que a Biblioteca intensifique suas atividades de formação e fruição cultural e comprometa-se ainda mais pela efetivação do direito à cultura na cidade de São Paulo.

4.1.4 Riscos ou problemas esperados e medidas preventivo-corretivas

Entre os riscos e problemas esperados está a inexistência de voluntários interessados em participar do processo de escrita e produção de conteúdo audiovisual. Caso não haja

interessados, os jovens monitores culturais realizarão a escrita do texto e somente gravarão em áudio e vídeo as conversas e depoimentos. As gravações serão guardadas para futuros interessados produzirem novo conteúdo.

O cadastramento dos espaços, ações, eventos e atores culturais do território na plataforma SP Cultura também, se os jovens monitores não souberem usar a plataforma, pode vir a ser um problema. Nesse caso, será realizado um pedido à SMC para que a mesma ofereça um curso de capacitação para uso da plataforma. A realização do curso não deve ser um problema, pois a SMC já ofereceu cursos de capacitação para uso da plataforma antes.

Outro risco poderá ser a dificuldade de criar parcerias no território. Essas dificuldades poderão ser justificadas devido ao fato de os parceiros não quererem aumentar suas responsabilidades, nem ampliar seus espaços de participação. Nesse sentido é importante demonstrar que a parceria será boa para todos, especialmente para o território. Explicar que na parceria os dois lados assumirão novas responsabilidades, mas compartilhadas, e que suas ações terão impactos intensificados.

5 CONCLUSÃO

Partindo dos números divulgados pela CSMB acerca do público frequentador das Bibliotecas nos anos de 2016 e 2017 (SÃO PAULO, Secretaria Municipal de Cultura, 2018), verificou-se que o público da Biblioteca Pública Municipal José Mauro de Vasconcelos diminuiu do ano de 2016 para 2017. Procurando compreender os fatores que levaram a diminuição e propor ações para o aumento de público na Biblioteca, analisou-se as ações do Projeto Biblioteca Viva implementadas pela SMC e demais ações realizadas na biblioteca.

Esse processo de análise identificou que, em 2017, ano em que há uma mudança de gestão na Prefeitura de São Paulo e iniciou-se o Projeto Biblioteca Viva, junto à diminuição do público da Biblioteca analisada também caiu o nível de participação popular na gestão das políticas culturais do município. A partir desse cenário propôs-se quatro ações para o aumento de público na Biblioteca Pública Municipal José Mauro de Vasconcelos pautadas nos princípios de uma gestão participativa e territorializada.

As propostas restringiram-se às ações que a própria biblioteca, com sua equipe de funcionários, pode implantar. Foi proposto: um diagnóstico coletivo e colaborativo dos aspectos identitários da região, ações para fomentar e implantar dispositivos de participação na biblioteca, redes de cooperação local visando produzir ações em conjunto e compartilhando a gestão, e, por fim, aumentar as atividades de mediação de leitura devido a sua importância na formação de público leitor.

Tão importante quanto o aumento de público nos equipamentos culturais é o aumento da participação popular nos processos decisórios, é criar espaços e dispositivos de participação social de intermediação, interlocução entre equipamentos culturais, público e território. O projeto procurou apontar que os equipamentos culturais são essenciais para a população exercer sua cidadania cultural, para garantir o direito à cultura.

Outro ponto que o trabalho trouxe foi o questionamento sobre a premissa de que o aumento da oferta de atividades culturais nos equipamentos culturais aumentaria necessariamente o número de público nesses espaços.

Não foram ideias novas, muito pelo contrário, estão sendo debatidas a muito tempo. A novidade, a inovação está na consolidação, no aprimoramento dessas ideias e práticas. Por exemplo, na cidade de São Paulo, em tese, deveria existir o Conselho Municipal de Políticas Culturais, o Conselho Municipal de Bibliotecas e o Conselho do PMLLLB, mas na prática, em 2017, nenhum dos Conselhos existiu, não houveram trabalhos, reuniões, eleições, nada.

Os conselhos como espaços institucionais de participação popular estão previstos desde a Constituição de 1988 (SALLES, 2014), ou seja, não é novidade. Embora os Conselhos citados sejam municipais e possuam legislação própria, não é aceitável o que ocorreu em 2017.

O direito à cultura, assim como outros direitos, não está assegurado, somente a legislação não é suficiente para efetivá-lo. . Nesse sentido coletivos, movimentos culturais exercem um papel importante na luta pelo direito à cultura. Eles, identificando a falta de espaços institucionais de participação popular ou não se identificando nesses espaços, têm construído outros espaços e relações de diálogo com o poder público. Esses movimentos sociais vêm articulando, mobilizando e pressionando o poder público para garantir o direito à cultura. Dentro do jogo político que há em toda gestão de política pública, e na área cultural não é diferente, os movimentos sociais são atores importantíssimos. Além de analisar as ações do Estado para efetivar o direito à cultura é importante analisar e fomentar a atuação dos movimentos sociais que lutam pelo direito à cultura.

Outra questão importante é analisar o perfil do público que têm acessado os equipamentos culturais. Sem essa análise não conseguimos definir se o aumento do público significa de fato o aumento do acesso de pessoas anteriormente excluídas ou o aumento da frequência de pessoas já habituadas a frequentar equipamentos culturais, sejam eles públicos ou privados.

Há muitos dados e estudos quantitativos sobre equipamentos culturais, porém, não há o mesmo número de informações qualitativas sobre os equipamentos culturais. É importante pesquisas analisando o perfil socioeconômico do público, assim como, aferir o grau de impacto do equipamento cultural no território, saber se aquele equipamento se relaciona com a população da região, de que maneira, qual o seu papel na formação cultural e cidadã dessas pessoas. Estudos sobre os equipamentos culturais e sobre atuação do movimentos sociais na luta pelo direito à cultura têm muito a contribuir para uma gestão democrática e participativas no campo das políticas culturais.

Essas análises e estudos comentadas acima, principalmente a atuação de movimentos sociais e coletivos culturais dentro de equipamentos públicos culturais, são áreas que ainda precisam ser melhor exploradas, portanto, indico-as como sugestões de novas pesquisas importantes na área de gestão participativa e territorializada de equipamentos culturais públicos.

REFERÊNCIAS

- BARBALHO, Alexandre. Política e democracia culturais: a experiência do orçamento participativo em Fortaleza. In: ENCONTRO DA UNIÃO LATINA DE ECONOMIA POLÍTICA DA INFORMAÇÃO, DA COMUNICAÇÃO E DA CULTURA, 2., 2008, Bauru. **Anais...**, Bauru:Universidade Estadual Paulista, 2008b. p. 65-79.
- BERNARDINO, Maria Cleide Rodrigues; SUAIDEN, Emir Jose. O papel social da biblioteca pública na interação entre informação e conhecimento no contexto da ciência da informação. **Perspectivas em ciência da informação**, v. 16, n. 4, p. 29-41, 2011. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/pci/v16n4/v16n4a04>> Acesso em: 07 mar. 2019.
- BOLÁN, Eduardo Nivón. **La política cultural: temas, problemas y oportunidades**. Cidade do México: Conselho Nacional para a Cultura e as Artes, 2006.
- CHAUÍ, Marilena. **Cidadania cultural: O direito à cultura**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.
- DE AZEVEDO, Fabiano Cataldo. 200 anos da Primeira Biblioteca Pública do Brasil: considerações histórico-biblioteconômicas acerca dessa efeméride. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 17, n. 2, p. 2-25, 2012. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/pci/v17n2/a02v17n2>> Acesso em: 06 mar, 2019.
- FAILLA, Zoara (org.) **Retratos da leitura no Brasil 4**. Rio de Janeiro: Sextante, 2016.
- FARIA, Hamilton. Conselhos municipais e cultura participativa: reavaliar caminhos e buscar horizontes. In: FARIA, Hamilton et al. **Você quer um bom conselho? Conselhos municipais de cultura e cidadania cultural**. 2005. Disponível em:<http://www.bibliotecadigital.abong.org.br/bitstream/handle/11465/393/POLIS_voce_quer_um_bom_conselho.pdf?sequence=1> Acesso em: 7 mar. 2019
- HOLANDA, Aline Gomes. **Democracia cultural e municipalização da cultura: O caso do Conselho Municipal de Cultura de Aracati**. 2010. 132 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Sociedade) – Centro de Estudos Sociais Aplicados, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2010.
- LACERDA, Alice Pires. Democratização da cultura X democracia cultural: os pontos de cultura enquanto política cultural de formação de público. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS CULTURAIS, 5, 2010. Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2010. p. 1-14. Disponível em:

<<http://culturadigital.br/politicaculturalcasaderuibarbosa/files/2010/09/02-ALICE-PIRES-DE-LACERDA.1.pdf>> Acesso em: 30 jan. 2019.

LOPES, João Miguel Teixeira. Da democratização da Cultura a um conceito e prática alternativos de Democracia Cultural. **Saber & Educar**, n. 14, 2009. Disponível em: <<http://revista.esepf.pt/index.php/sabereducar/article/view/121/90>> Acesso em: 30 jan. 2019.

MATA-MACHADO, Bernado Novais da. Participação política e conselhos de cultura: uma proposta. In: FARIA, Hamilton et al. **Você quer um bom conselho? Conselhos municipais de cultura e cidadania cultural**. 2005. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.abong.org.br/bitstream/handle/11465/393/POLIS_voce_quer_um_bom_conselho.pdf?sequence=1> Acesso em: 7 mar. 2019.

MACHADO, Elisa Campos. Análise de políticas públicas para bibliotecas no Brasil. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, v. 1, n. 1, p. 94-111, 2010. Disponível em: <<http://www.journals.usp.br/incid/article/view/42307/45978>> Acesso em; 7 mar. 2019.

MACHADO, Elisa; JUNIOR, Alberto Elias; ACHILLES, Daniele. A biblioteca pública no espaço público: estratégias de mobilização cultural e atuação sócio-política do bibliotecário. **Perspectivas em Ciencia da Informacao**, v. 19, p. 115-127, 2014. Disponível em: <<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/2263>> Acesso em: 7 mar. 2019.

MACHADO, Elisa Campos; VERGUEIRO, Waldomiro. A prática da gestão participativa em espaços de acesso à informação: o caso das bibliotecas públicas e das bibliotecas comunitárias. **Revista Interamericana de Bibliotecología**, v. 33, n. 1, p. 241-255, 2010. Disponível em: <<http://aprendeonline.udea.edu.co/revistas/index.php/RIB/article/view/6289>> Acesso em: 7 mar. 2019.

MILANESI, Luís. Biblioteca pública: do século XIX para o XXI. **Revista USP**, n. 97, p. 59-70, 2013. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/61685>> Acesso em: 7 mar. 2019.

MIRANDA, Antonio. A missão da biblioteca pública no Brasil. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, v. 6, n. 1, p. 69-75, 1978.

MOREIRA, Altair José; FARIA, Hamilton. Cultura e governança: um olhar transversal de futuro para o município. In: FARIA, Hamilton et al. **Você quer um bom conselho? Conselhos municipais de cultura e cidadania cultural**. 2005. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.abong.org.br/bitstream/handle/11465/393/POLIS_voce_quer_um_bom_conselho.pdf?sequence=1> Acesso em: 7 mar. 2019.

MUELLER, Susana Pinheiro Machado. Bibliotecas e sociedade: evolução da interpretação de função e papéis da biblioteca. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, v. 13, n. 1, p. 7-54, 1984. Disponível em: <<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/reb/>> Acesso em: 27 fev. 2019.

DE SOUZA PEREIRA, Marinê. Cultura política Nova: Marilena Chaui na secretaria municipal de cultura. **Cadernos Espinosanos**, n. 36, p. 139-155, 2017. Disponível em <<http://www.periodicos.usp.br/epinosanos/article/view/132667>> Acesso em 7 mar. 2019

PINHEIRO, Ricardo Queiroz. **Política pública de leitura e participação social: o processo de construção do PMLLLB de São Paulo**. 210 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. Políticas culturais e novos desafios. **MATRIZES**, São Paulo, v. 2, n.2, p.93-115, 2009. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/matrizes/article/view/38226/40998>> Acesso em: 30 jan. 2019.

SALLES, Helena da Motta. **Gestão democrática e participativa**. 3. ed. Florianópolis : Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília] : CAPES: UAB, 2014.

SANTOS, F; DAVEL, E. Gestão de Equipamentos Culturais e Identidade Territorial: Potencialidades e Desafios. Sessão temática 6: Identidade e práticas sócio-culturais. In: Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, 17, 2017. São Paulo. **Anais...** São Paulo: FAUUSP, 2017. p. 1-21. Disponível em: <http://anpur.org.br/xviienanpur/principal/publicacoes/XVII.ENANPUR_Anais/ST_Sessoes_Tematicas/ST%206/ST%206.5/ST%206.5-01.pdf> Acesso em: 30 jan. 2019.

SÃO PAULO. Prefeitura Municipal. Lei nº 8.204, de 13 de janeiro de 1975. Dispõe sobre a criação da Secretaria Municipal de Cultura, e dá outras providências. **Legislação Municipal**, São Paulo, SP, 13 jan. 1975. Disponível em: <<http://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/lei-8204-de-13-de-janeiro-de-1975>> Acesso em: 30 jan. 2019.

SÃO PAULO. Prefeitura Municipal. Lei nº 13.399, de 1 de agosto de 2002. Dispõe sobre a criação de Subprefeituras no Município de São Paulo, e dá outras providências. **Legislação Municipal**, São Paulo, SP, 1 ago. 2002. Disponível em: <<http://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/lei-13399-de-01-de-agosto-de-2002>> Acesso em: 30 jan. 2019.

SÃO PAULO. Prefeitura Municipal. Decreto nº 42.772, de 3 de janeiro de 2003. Dispõe sobre a transferência de equipamentos da Secretaria Municipal de Cultura para as Subprefeituras e dá outras providências. **Legislação Municipal**, São Paulo, SP, 3 jan. 2003. Disponível em: <<http://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/decreto-42772-de-3-de-janeiro-de-2003>> Acesso em: 30 jan. 2019.

SÃO PAULO. Prefeitura Municipal. Decreto nº 46.434, de 6 de outubro de 2005. Dispõe sobre a reorganização parcial da Secretaria Municipal de Cultura; institui o Sistema Municipal de Bibliotecas; transfere os equipamentos culturais que especifica das Subprefeituras para a Secretaria Municipal de Cultura. **Legislação Municipal**, São Paulo, SP, 6 out. 2005. Disponível em: <<http://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/decreto-46434-de-6-de-outubro-de-2005>> Acesso em: 30 jan. 2019.

SÃO PAULO. Prefeitura Municipal. Decreto nº 48.166, de 2 de março de 2007. Dispõe sobre a transferência de bibliotecas das Subprefeituras, para a Secretaria Municipal de Cultura - SMC, altera a lotação de cargos de provimento em comissão que especifica e cria a Coordenação Regional Leste II, na Supervisão de Bibliotecas, da Coordenadoria do Sistema Municipal de Bibliotecas. **Legislação Municipal**, São Paulo, SP, 2 mar. 2007. Disponível em: <<http://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/decreto-48166-de-2-de-marco-de-2007>> Acesso em: 30 jan. 2019.

SÃO PAULO. Secretaria Municipal de Cultura. **Histórico da Biblioteca**. 2008. Disponível em: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/bibliotecas/bibliotecas_bairro/bibliotecas_a_1/josemaurodevasconcelos/index.php?p=5426> Acesso em: 30 jan. 2019.

SÃO PAULO. Secretaria Municipal de Cultura. Coordenadoria do Sistema Municipal de Bibliotecas. **Histórico das Bibliotecas Públicas da Cidade de São Paulo**. São Paulo, 2015. Disponível em: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/upload/Historico%20geral%20SMB%20julho%2015_1435682896.pdf> Acesso em: 7 mar. 2019

SÃO PAULO. Prefeitura Municipal. Lei nº 16.333, de 18 de dezembro de 2015. Institui o Plano Municipal do Livro, Leitura, Literatura e Biblioteca (PMLLLB) do Município de São Paulo, com o fim de assegurar a todos o acesso ao livro, à leitura e à literatura. **Legislação Municipal**, São Paulo, SP, 18 dez. 2015. Disponível em: <<http://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/lei-16333-de-18-de-dezembro-de-2015>> Acesso em: 30 jan. 2019.

SÃO PAULO. Prefeitura Municipal. Decreto nº 57.528, de 12 de dezembro de 2016. Dispõe sobre a reorganização e as atribuições da Secretaria Municipal de Cultura, cria e altera a denominação de equipamentos culturais, bem como altera a denominação e a lotação dos cargos de provimento em comissão que especifica. **Legislação Municipal**, São Paulo, SP, 12

dez. 2016. Disponível em: <<http://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/decreto-57528-de-12-de-dezembro-de-2016>> Acesso em: 30 jan. 2019.

SÃO PAULO. . Secretaria Municipal de Cultura. **Plano Municipal de Cultura de São Paulo: Caderno de Consulta Pública**. São Paulo: [s.n], 2016.

SÃO PAULO. Prefeitura Municipal . Decreto nº 57.792, de 21 de julho de 2017. Regulamenta o artigo 7º da Lei nº 16.333, de 18 de dezembro de 2015, que instituiu o Conselho do Plano Municipal do Livro, Leitura, Literatura e Biblioteca. **Legislação Municipal**, São Paulo, SP, 21 jul. 2017a. Disponível: <<http://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/decreto-57792-de-21-de-julho-de-2017>> Acesso em: 30 jan. 2019.

SÃO PAULO. Prefeitura Municipal. **Programa de Metas 2017-2020**. São Paulo: [s.n], 2017b. Disponível em: <http://planejasampa.prefeitura.sp.gov.br/assets/Programa-de-Metas_2017-2020_Final.pdf> Acesso em: 7 mar. 2019.

SÃO PAULO. Secretaria Municipal de Cultura. **Biblioteca Viva**. 2017a. Disponível em: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/bibliotecas/programas_projetos/index.php?p=21630> Acesso em: 7 mar. 2019.

SÃO PAULO. Secretaria Municipal de Cultura. Coordenadoria do Sistema Municipal de Bibliotecas. **Bibliotecas e serviços de extensão em leitura no município de São Paulo: diagnóstico socioterritorial**. São Paulo: CSMB, 2017b. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1HnqmcvT986fMBqt8z5MKSCJHdA71SLK_/view> Acesso em: 7 mar. 2019.

SÃO PAULO. Prefeitura Municipal . Decreto nº 58.207, de 24 de abril de 2018. Dispõe sobre a reorganização da Secretaria Municipal de Cultura, altera a denominação e a lotação dos cargos de provimento em comissão que especifica, bem como transfere cargos para o Quadro Específico de Cargos de Provimento em Comissão. **Legislação Municipal**, São Paulo, SP, 24 abr. 2018. Disponível em: <<http://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/decreto-58207-de-24-de-abril-de-2018>> Acesso em: 30 jan. 2019.

SÃO PAULO. . Secretaria Municipal de Cultura. Coordenadoria do Sistema Municipal de Bibliotecas. **Biblioteca em números**. São Paulo, 2018. Disponível em: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/bibliotecas/informacao_publica/index.php?p=13740> Acesso em: 30 jan. 2019.

URFALINO, P. **L'invention de la politique culturelle**. Paris: Hachette, 2004.